

# Custo da Corrupção para a Economia Moçambicana

ESTE ARTIGO BASEIA-SE NO RELATÓRIO “CUSTO DA CORRUPÇÃO PARA A ECONOMIA MOÇAMBICANA: POR QUE É IMPORTANTE LUTAR CONTRA A CORRUPÇÃO NUM CLIMA DE FRAGILIDADE FISCAL”. O RELATÓRIO É UMA PUBLICAÇÃO CONJUNTA ENTRE O CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP) EM MAPUTO, MOÇAMBIQUE, E O INSTITUTO CHR. MICHELSEN DE BERGEN, NORUEGA, DATADO DE MARÇO DE 2016.

# Contagem do Custo

Qual é o preço que Moçambique tem de pagar pela corrupção generalizada no país? Qual é o custo da corrupção para a economia moçambicana, para o Estado e para o Povo?

Em poucas palavras: a estimativa do **custo médio anual da corrupção**, nos termos observados durante dez anos, de 2004 a 2014, situa-se acima de **4.9 bilhões de US\$**. Este dado baseia-se numa amostra de 36 casos ocorridos de 2004 a 2014. A cifra 4.9 bilhões de US\$ é equivalente a cerca de 30% do PIB de 2014 e 60% do orçamento de 2015. O saldo da corrupção mutila o orçamento, a economia, os negócios, o desenvolvimento socioeconómico e o bem-estar. Isto chega a atingir impactos acentuadamente agudos em termos de fragilidade fiscal e de incertezas macroeconómicas

a partir do despontar da dívida secreta soberana revelada em Abril de 2016 – depois da publicação do estudo.

A cifra dos 4.9 bilhões de US\$ do custo anual da corrupção é apenas uma amostra que pode livremente ser contestada. Isto tem a ver com a natureza da corrupção e as (necessárias) limitações da pesquisa levada a cabo. Não se trata, portanto, de factos peremptórios pelo facto de os valores do custo da corrupção terem sido tomados como hipóteses mais ou menos plausíveis. Deste modo, assume-se que os 4.9 bilhões de US\$ correspondem ao **pior cenário possível**. Tendo em conta que muitos casos não ocorreram de forma repetitiva ao longo dos dez anos investigados, pode-se assumir que o custo médio da corrupção de 2004-2014 reduz para \$1.78 bilhões anuais. Num

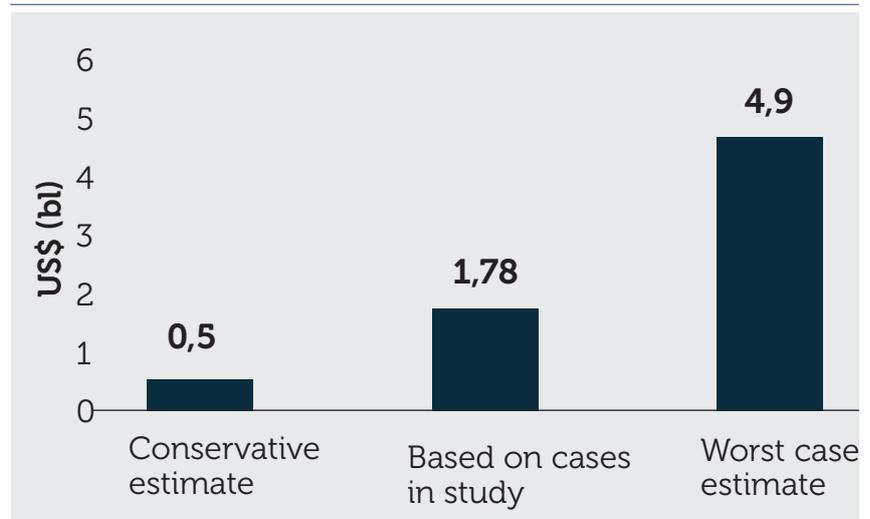
cenário mais conservador, em que se faça a contagem de casos de maior margem de confiança (26 dos 36 casos), o dano anual atinge cerca de 500 milhões de US\$ anuais. O dado funcional de cálculo no relatório constitui o valor agregado de casos extremos do custo médio anual da corrupção – i.e., \$4.9 bilhões. Isto deve-se ao facto de os casos contados transportarem a probabilidade de serem representativos em relação a outros casos que a equipa de pesquisa não foi capaz de trazer a lume. Os piores sectores envolvidos na corrupção são as alfândegas, o sector das pescas, o da segurança marítima (EMATUM), o da importação de combustíveis líquidos, o de *procurement* das telecomunicações e *procurement* do sector das obras públicas/construção.

“

A cifra dos 4.9 bilhões de US\$ do custo anual da corrupção é apenas uma amostra que pode livremente ser contestada. Isto tem a ver com a natureza da corrupção e as (necessárias) limitações da pesquisa levada a cabo

”

## Custo Médio Anual da Corrupção (2004 - 2014)



## Impacto da Corrupção

Para além dos custos directos (valores monetários) da corrupção, existe uma série de impactos adicionais secundários na receita do Estado e na economia. Isto representa uma estimativa de **perdas na ordem dos 11.6% em receitas de impostos sobre o rendimento e perdas acima de 17% sobre o valor acrescentado** na economia moçambicana.<sup>1</sup> Além

disso, a corrupção traz consigo efeitos indirectos de longo alcance na prestação do sector da função pública e nos sectores de luta contra a pobreza e bem-estar social. A corrupção traz danos e mina o desenvolvimento.

É igualmente de grande vulto o impacto da corrupção no **sector privado**. Neste sector a corrupção traz impacto

em termos de custos adicionais, impulsiona a falta de competitividade e incentiva a saída das empresas locais – principalmente as pequenas e médias empresas (PMEs) – favorecendo, assim, a abertura de espaço para o sector público e para as Empresas Participadas pelo Estado (EPE). A corrupção também consegue deter o investimento directo estrangeiro, fazendo com que a

<sup>1</sup> Ambas baseadas na receita média de impostos/valor acrescentado durante três anos (de 2012 a 2014).).

maior parte dos investidores sujeitos a códigos de conduta nacionais e internacionais contra a corrupção tenha que pensar duas vezes antes de entrar em sociedade com as empresas nacionais dos sectores público e privado. É assim que os ‘investidores sérios’ ficam riscados, dando lugar aos investidores menos escrupulosos, alimentando, assim, o círculo vicioso da corrupção. A corrupção determina o tipo de parceiro que Moçambique atrai e com o qual trabalha.

A corrupção põe igualmente em causa o bom nome e a **reputação** de Moçambique e tem a capacidade de determinar o destino do país na arena internacional. Isto afecta as políticas e as relações internacionais com os outros países assim como a segurança nacional do Estado e do cidadão. Quanto maior for a aproximação de Moçambique à **imagem de estado corrupto**, facilitadora do tráfico e de fluxos financeiros ilícitos, maior é o desafio dos líderes políticos moçambicanos em termos de convencer o mundo sobre o

“  
A corrupção  
põe igualmente  
em causa o  
bom nome e a  
reputação de  
Moçambique e  
tem a capacidade  
de determinar  
o destino do  
país na arena  
internacional

”

contrário. De acordo com o Índice Basel Anti-Lavagem de Dinheiro de 2015 (AML), Moçambique encontra-se no grupo dos dez países de maior risco em todo o mundo. O Índice AML menciona especialmente taxas elevadíssimas da percepção de corrupção, falta de seriedade judicial e falta de transparência pública e financeira como os principais factores facilitadores da lavagem do dinheiro e do financiamento do terrorismo. A corrupção define o tipo de país que Moçambique é e quer ser e determina o tipo de parcerias que consegue formar. Finalmente, há ainda a considerar o facto de a corrupção ter a capacidade de convulsionar as **políticas domésticas** pelo facto de sugerir questionamentos sobre a capacidade de o partido Frelimo no poder ser capaz de gerir activos e recursos do sector público em benefício nacional e do público em geral. A legitimidade política e a sobrevivência dos partidos no poder dependem da prosperidade económica e do desenvolvimento inclusivo de uma base alargada.

## Recomendações

O relatório CIP-CMI contém uma lista de recomendações sector por sector com base nas constatações da pesquisa. As áreas-chave de reforma e as acções sugeridas têm a ver com o seguinte:

- Introdução do sistema de gestão electrónica das alfândegas para eliminar fugas no **sector aduaneiro**
- Publicação de contas e auditorias (forenses) de **EPEs** seleccionadas (ex., EMATUM) e parcerias público privadas (PPPs)
- Estender a campanha a favor da “prova de vida” em toda a **função pública** de modo a purgar “funcionários fantasmas”
- Fortalecer o **Gabinete Central de Combate a Corrupção** (GCCC)
- Promover incubadores de negócios nas PME's domésticas e promover **boa governação** empresarial.

Fim

### OS TOP 10 PAÍSES DE ALTO RISCO NO ÍNDICE CONTRA LAVAGEM DE DINHEIRO (AML):

1. Irão
2. Afeganistão
3. Tadjiquistão
4. Guiné-Bissau
5. Mali
6. Camboja
7. Moçambique
8. Uganda
9. Suazilândia
10. Myanmar

Fonte: Basel Institute of Governance



# CIP

## Parceiros



## Informação Editorial

**Director:** Adriano Nuvunga  
**Equipa Técnica do CIP:** Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Jorge Matine, Stélio Bila.  
**Assistente de Programas:** Nélia Nhacume  
**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

**Layout e Montagem:** suaimagem

**Contacto:**  
Center for Public Integrity (Centro de Integridade Pública, CIP)  
Bairro da Coop, Rua B, Número 79  
Maputo - Moçambique  
Tel.: +258 21 41 66 25  
Cell: +258 82 301 6391  
Fax: +258 21 41 66 16  
E-mail: [cip@cipmoz.org](mailto:cip@cipmoz.org)  
Website: [www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org)